

Facebook demonstra apego ao caos digital em nome do lucro



» ALEK MARACAJA
Analista de dados, publicitário e diretor nacional da Associação Brasileira dos Agentes Digitais (Abradi)

A decisão da Meta, empresa liderada por Mark Zuckerberg, de encerrar o programa de checagem de fake news no Facebook e no Instagram, substituindo-o por um sistema de “notas da comunidade”, representa um grande problema para o ecossistema da informação global. Mais do que uma mudança técnica, essa decisão evidencia um retrocesso preocupante. Avanços conquistados com o fact-checking como esforço de melhora na qualidade da informação são abandonados em prol dos interesses exclusivamente privados da empresa, que opera com informações públicas e expostas ao público.

Os programas de checagem das plataformas digitais foram um marco na luta contra a desinformação. Ainda que imperfeitos, eles representavam um compromisso inicial das big techs em assumir responsabilidade sobre os conteúdos veiculados. Eram um reconhecimento de que a informação não pode ser tratada como mercadoria comum, e que há consequências sociais, políticas e econômicas na disseminação de notícias falsas.

O recuo sinaliza um interesse maior da empresa em retomar o controle total das narrativas e lucrar com o engajamento desinformado do que em contribuir para a formação de um ambiente digital saudável e ético. Ou seja: é o apego ao caos digital em nome do lucro. A transição

para um modelo de moderação comunitária, sem especialistas treinados, devolve às plataformas a liberdade de manipular o fluxo de informações conforme os próprios interesses.

Esse cenário explica, em boa parte, a dificuldade que os governos têm para regulamentar redes sociais e inteligência artificial (IA). Esse é o cenário no Brasil e no mundo. Enquanto as big techs expandem suas operações e influência, o poder público enfrenta enormes desafios para acompanhar o ritmo do avanço tecnológico e de seu poder de subverter a ordem estabelecida. Essa falta de regulamentação, até aqui, tem servido aos interesses de pessoas e grupos mal-intencionados, que se valem das novidades tecnológicas para atividades como lavagem de dinheiro e articulação do cometimento de crimes que incluem até mesmo a manipulação dos sistemas eleitorais. Ou seja: deixar o controle apenas na mão das empresas, sem a atuação do aparato estatal, não atende aos interesses maiores das sociedades.

No caso brasileiro, legislações como o Marco Civil da Internet, a regulação da IA e a Lei de Proteção de Dados (LGPD) tentam criar um mínimo de proteção para os usuários. No entanto, essas normas ficam aquém do necessário para conter o poder das plataformas e a parte negativa do mal uso delas por usuários mal-intencionados. No plano global, a ausência de consensos entre as grandes potências — muitas vezes alinhadas aos interesses dessas corporações — enfraquece qualquer esforço conjunto para regular a tecnologia. Decisões como a da Meta de abandonar a checagem de fatos mostram uma disposição de não comprometer lucros em nome da responsabilidade social. Isso dificulta ainda mais o diálogo sobre a necessidade de regulamentação.

A cada dia, o desafio se torna ainda maior. Se a desinformação já era um problema monumental, a popularização da inteligência artificial adicionou uma camada de complexidade a esse quadro, uma vez que ela pode amplificar a disseminação de informações falsas de maneira automatizada, personalizando as mensagens para atingir públicos específicos e manipulando a opinião pública com precisão inédita. Sem regulamentação clara, essas tecnologias são exploradas de maneira indiscriminada, colocando em risco valores democráticos e aumentando a polarização social.

Quando Zuckerberg substituiu o fact-checking por “notas da comunidade”, ele transfere a responsabilidade de discernir entre verdade e mentira para usuários que já estão submetidos ao controle algorítmico da plataforma. Em vários casos, não seria exagero dizer que as redes conhecem os usuários melhor do que eles mesmos, usando dados pessoais para antecipar desejos, influenciar decisões e moldar comportamentos.

A retomada do “controle total” pelas plataformas cria uma falsa sensação de descentralização. Na prática, a Meta não está democratizando o acesso à verdade, mas, sim, ampliando sua capacidade de manipular engajamento. Afinal, notícias falsas e narrativas polarizadas geram mais cliques e mais lucro. Estamos diante de algo maior do que um retrocesso técnico. A “verdade” está à mercê de algoritmos e narrativas lucrativas, ignorando as consequências sociais e políticas dessa escolha. Lembrando a provocação feita no filme *A rede social*, quais são os mercados que chamam seus clientes de “usuários”? A regulamentação é urgente.



G O M E Z

A ameaça das mudanças na política da Meta



» MARCELO SENISE
Idealizador do Instituto Brasileiro para a Regulamentação da Inteligência Artificial, sociólogo e marqueteiro

As redes sociais, como Facebook e Instagram, transformaram-se em plataformas centrais na formação de bolhas sociais, exacerbando a polarização e dificultando o consenso. Recentemente, Mark Zuckerberg, CEO da Meta, anunciou uma revisão significativa nas políticas de moderação de suas plataformas, gerando preocupações sobre o impacto dessas mudanças em um mundo já fragmentado e volátil. Este artigo examina os erros estratégicos de Zuckerberg ao adotar uma postura que pode acelerar a inflexão social e gerar desconfiança em tempos de crescente influência da inteligência artificial.

A evolução das redes sociais transformou a forma como a informação é consumida, tornando-as grandes formadoras de bolhas. Algoritmos inteligentes promovem conteúdos que reforçam crenças existentes, ao invés de fomentar o diálogo entre diferentes pontos de vista. Esse fenômeno resulta em uma eletrólise social, dividindo comunidades e dificultando a construção de consensos vitais para o progresso coletivo. Nos últimos

anos, temos observado como essa polarização alcançou níveis insustentáveis em diversos países. Governos enfrentam desafios crescentes para unificar suas populações e resolver crises sociais, econômicas e ambientais. As redes sociais, ao priorizarem o engajamento sobre a verdade, amplificam essas divisões, criando um ciclo vicioso de desinformação e ódio.

Zuckerberg anunciou a substituição dos verificadores de fatos por um sistema de “notas da comunidade”, similar ao usado pela rede social X (antigo Twitter). Embora possa parecer uma tentativa de promover a liberdade de expressão, essa abordagem negligencia o papel crítico das plataformas na verificação de informações, especialmente em tempos de fake news e desinformação em massa. A decisão de confiar na comunidade para moderar conteúdo ignora a realidade de que muitos usuários permanecem presos em suas bolhas, involuntariamente perpetuando inverdades. Nesse contexto, ao invés de agir como mediadoras neutras, as plataformas podem se tornar catalisadoras de desordem social. A redução dos filtros automatizados para focar apenas em violações graves pode permitir que conteúdo problemático prospere, intensificando a divisão e desentendimentos.

A controvérsia de Cambridge Analytica revelou como os dados dos usuários podem ser manipulados para influenciar eleições e opinião pública. Esse escândalo destacou a necessidade crítica de regulação e práticas éticas por parte das

plataformas sociais. A nova postura da Meta, que retira mecanismos de proteção, evoca memórias desse caso, sugerindo um retorno a práticas que desprezavam a privacidade e segurança digital dos usuários.

Em tempos em que a inteligência artificial avança rapidamente, confiar nas redes sociais para autogerenciar sua moderação é arriscado. A IA tem o potencial de amplificar a inteligência humana, mas também de perpetrar preconceitos e desinformação em uma escala sem precedentes. As plataformas precisam ser mais responsáveis, não menos, e garantir que suas tecnologias sirvam ao bem comum, em vez de instigar conflitos.

A postura de Zuckerberg em relação à moderação de conteúdo na Meta é profundamente preocupante. Em um mundo no qual a coesão social é cada vez mais frágil, as redes sociais devem atuar como parceiras na busca por entendimento e verdade. O caminho que a Meta decidiu seguir pode contribuir significativamente para a aceleração da inflexão social. Ao negligenciar lições do passado, como Cambridge Analytica, e subestimar os desafios da IA, a Meta coloca em risco não só sua credibilidade, mas também o equilíbrio das sociedades globais.

Como especialistas em marketing e tecnologia, devemos questionar e debater essas mudanças, promovendo um uso ético e responsável das plataformas digitais para assegurar que elas continuem a ser forças de bem e progresso em um mundo cada vez mais conectado.

Janeiro Branco: um convite ao autocuidado em um mundo acelerado



» CELINA LEÃO
Vice-governadora do Distrito Federal

Janeiro é o mês dos recomeços, dos planos e das promessas. No entanto, entre tantas metas traçadas, um aspecto vital costuma ser esquecido: a saúde mental. No Brasil, o Janeiro Branco surge como um movimento de conscientização que nos convida a olhar para dentro, refletir e priorizar o cuidado com nossa mente, especialmente em um mundo cada vez mais caótico e veloz.

A vida moderna nos empurra para a pressa. A tecnologia, apesar de suas maravilhas, nos mantém em constante estado de alerta. Estamos sempre conectados, sempre disponíveis, como se houvesse uma corrida invisível que nunca podemos perder. Mas o que estamos realmente ganhando ao viver nesse ritmo?

A ansiedade, uma das marcas do nosso tempo, é o reflexo de um desequilíbrio coletivo. Ela cresce silenciosamente, alimentada por prazos apertados, notificações incessantes e a necessidade de “estar à altura”. Entretanto, cuidar da saúde mental não é um luxo ou algo opcional. É uma questão de sobrevivência, de qualidade de vida, de humanidade.

Nós também nunca tivemos tanto acesso a entretenimento e lazer. O problema é que grande parte tem relação direta com as telas. O que se confirma com o crescente número de atendimentos realizados pela rede pública de saúde do Distrito Federal relacionados a questões que envolvem saúde mental. Pensando nisso, estamos criando a Subsecretaria de Saúde Mental, dentro da estrutura da Secretaria de Saúde. A formalização da pasta ocorrerá nos próximos dias.

Precisamos ter um olhar atento para questões que atingem tantas pessoas e que ainda são vistas, muitas vezes, sem a compreensão necessária. Essa falta de entendimento acaba fazendo com que muitas pessoas deixem de buscar auxílio e orientação profissional, prolongando o próprio sofrimento e o das pessoas próximas. Atualmente, contamos com atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e nos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). A criação de uma subsecretaria específica irá reforçar e ampliar os atendimentos, nos ajudando a melhorar a vida de todos que precisam desse cuidado.

O Janeiro Branco nos lembra que saúde mental vai além da ausência de doenças. É ter tempo para descansar, refletir, sentir e ser. É reconhecer nossos limites e respeitá-los. Em um mundo que valoriza tanto a produtividade, desacelerar pode parecer um ato de rebeldia. Mas é, sobretudo, um ato de coragem.

Refletir sobre saúde mental é também falar sobre nossas relações. Como nos conectamos com os outros? Estamos realmente presentes ou apenas reagimos no piloto automático? Precisamos resgatar momentos de silêncio, contemplação e escuta, tanto para o próximo quanto para nós mesmos.

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental é a sensação de bem-estar vivenciada pelos indivíduos, de modo a desenvolver suas habilidades para conseguir lidar com os desafios que se apresentam e contribuir com a comunidade. É o resultado de fatores biológicos, psicológicos e ambientais. O que reforça a importância de iniciativas conjuntas, pensadas para levar saúde integral para a população. Mas também é preciso adotar hábitos de vida mais saudáveis.

Como gestores, ressaltamos o papel fundamental do esporte para uma vida melhor em todos os sentidos. A prática de atividades físicas impacta positivamente no funcionamento e na regulação do nosso organismo, que reflete diretamente em nossa saúde mental. Por isso, investimos na ampliação do acesso ao esporte para toda a população do DF.

Quando fui secretária de Esportes, lançamos a reconstrução dos campos sintéticos e a entrega de kits esportivos para garantir o acesso de crianças e adolescentes em situação mais vulnerável. Ver a continuidade desse trabalho e a alegria das pessoas que utilizam esses espaços nos mostram que estamos no caminho certo.

Como indivíduos, pequenas mudanças podem fazer grandes diferenças: desconectar-se das telas por um tempo, praticar exercícios físicos, buscar apoio profissional quando necessário e, acima de tudo, acolher nossas vulnerabilidades.

O mundo nunca deixará de ser acelerado, mas podemos escolher desacelerar. O Janeiro Branco é esse lembrete valioso: sua mente importa. Em meio a tantas resoluções, que tal colocar a sua saúde mental como prioridade? Afinal, nenhum objetivo faz sentido se não estivermos bem para celebrá-lo.